

BREVES NOTÍCIAS DE PERIÓDICOS PEDAGÓGICOS BAIANOS 1870-1940

BRIEF NEWS OF BAIAN PEDAGOGICAL PERIODICALS 1870 - 1940

Elizabete Conceição Santana¹

Resumo

O artigo foi construído em torno de um conjunto de 12 periódicos pedagógicos editados sob a responsabilidade de professores primários, órgãos governamentais e da seção local da Associação Brasileira de Educação (ABE) que foram colhidos durante a execução de um projeto de pesquisa documental voltado para o estudo da construção da escola primária da Bahia, na Primeira República. Traz, principalmente, informações sobre as motivações e filosofia que apoiaram a criação desses veículos de comunicação e divulgação obtidas a partir da análise dos editoriais geralmente publicados em seus primeiros números. As breves notícias apresentadas permitiram concluir que existiram diferenças de objetivos entre periódicos criados por professores e periódicos criados por autoridades governamentais e tornaram evidente o potencial desses documentos como fontes para a história da educação.

Palavras-chave: Imprensa pedagógica. Revistas Pedagógicas. História da Educação.

Abstract

The article was built around a set of 12 pedagogical journals edited under the responsibility of primary teachers, government agencies and the local section of the Associação Brasileira de Educação (ABE) that were collected during the execution of a documental research project aimed at the study of the construction of the primary school in Bahia, in the First Republic. It mainly brings information about the motivations and philosophy that supported the creation of these communication and dissemination vehicles, obtained from the analysis of editorials usually published in their first numbers. The brief news presented allowed us to conclude that there were differences in objectives between journals created by teachers and journals created by government authorities and made evident the potential of these documents as sources for the history of education.

Keywords: Pedagogical Press. Pedagogical Magazines. History of Education.

Introdução

Este artigo é fruto de uma trajetória dedicada à localização de referências documentais sobre a escola primária da Bahia na Primeira República. Quando do encontro de *A Escola*, revista criada por professores na qual afirmavam a sua intenção de luta contra as prescrições que lhes eram impostas, a busca por fontes foi alimentada pela esperança de encontrar outros escritos com as mesmas características, visto que

¹ Doutorado em Educación Moral y Democracia pela Universidade de Barcelona, Espanha. Professora titular aposentada da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: bete.santana0612@gmail.com

um dos objetivos do projeto que deu origem ao levantamento era conhecer as relações que esses profissionais mantinham com as determinações oficiais.

Entre os anos de 2008 e 2014, período em que a visita aos arquivos foi mais intensa, já estavam circulando no cenário nacional estudos que demonstravam a necessidade de investigar o protagonismo dos professores como um caminho para ir além do que revelavam as fontes oficiais. Exemplos disso é a pesquisa que aborda os escritos de professores e especialistas sobre os alunos na imprensa pedagógica em Portugal, no fim do século XIX. (GOUVÊA, 2008).

Apesar do regozijo e do reforço do entusiasmo advindos do encontro de *A Escola*, outros escritos semelhantes não foram de imediato encontrados. Se as referências eram precárias para os diversos documentos procurados, no caso desse tipo de fonte elas não existiam. E, então, uma sensação de quase inveja, quando descobrimos que do esforço de um conjunto de pesquisadores resultou o *Catálogo da Imprensa Periódica Educacional Paulista (1890-1996)* no qual foram catalogados 456 periódicos publicados em São Paulo entre o início da República e o ano de 1996. (CATANI, 2013).

Sem um guia de fontes desse porte, as 12 publicações analisadas nesse artigo foram encontradas no bojo da busca de outros documentos, já que eram poucos os indícios da sua existência.

O desejo de alertar sobre a existência dessas fontes e o seu potencial de informações acerca de diversos temas que tangenciaram a construção de nossa escola animaram a redação das breves notícias.

Uma ideia das razões que apoiaram a criação desses veículos de comunicação e difusão de ideias foi obtida a partir da análise dos editoriais geralmente incluídos em seu primeiro número. Através desse recurso foi possível identificar o público-alvo, os motivos e valores que sustentavam a publicação.

Em uma primeira tentativa de classificação, ainda incipiente, foram considerados dois conjuntos: periódicos criados por professores entre os quais estão sete dos doze publicados entre 1880 e o ano de 1927; e aqueles criados por iniciativa de autoridades governamentais ou de instituições particulares, conjunto composto por um do ano de 1870 mais quatro criados entre 1929 e 1940.

Com base nas informações disponíveis, até o momento, é possível afirmar que a imprensa pedagógica oficial na Bahia teve início com *A Revista de Instrução Pública* criada, em 1870 e o primeiro periódico de propriedade de professores foi *A Escola* do ano de 1880.

As breves notícias que se seguem estão apoiadas nos critérios de uma pesquisa documental conduzida com o objetivo de levantar referências para responder às questões de um projeto que tinha o currículo como um fio condutor para o estudo da construção da escola primária na Bahia na Primeira República.

As revistas, jornais e boletins que serviram de fonte para a escrita deste artigo foram localizados na Biblioteca Pública do Estado da Bahia; Biblioteca Nacional; Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (Atual AMEDOC da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia); Biblioteca do Instituto Central de Educação Isaias Alves; Biblioteca Edgard Pitanguieras do Instituto de Educação Anísio Teixeira, em Caetité e Biblioteca Anísio Teixeira da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

A Escola e O Preceptor: espaços de luta dos professores na década de 80 do século XIX

A Escola apareceu em 1880. Em seu número 1, único localizado, traz na capa a informação de que pertence ao Grêmio Normalístico, é definida como científica, literária e noticiosa. Tinha Ezequiel Britto como Redator Gerente e como Redatores Anísio Viana, Leopoldo Reis e Argolo Castro.

Provavelmente é a publicação à qual Alípio Franca se referiu ao tratar do ânimo que as Conferências Pedagógicas instituídas pelo Regulamento Freire de Carvalho, em 1875, imprimiram no professorado. Franca (1936, p.46) pondera: "delas nasceram um certo e desusado interesse pelas questões pedagógicas de modo que os normalistas discutiam assuntos importantes de ensino e de educação, em uma revista denominada "A Escola".

Com data de 7 de setembro de 1880, seu editorial de lançamento mostra que o propósito de seus criadores era

Triunfar da nenhuma concorrência, pouco interesse e toda indiferença prestada a sua classe pela maioria dos próprios indivíduos que a compõem; instruir, educar e concorrer quanto possa para levantar da desconsideração em que se acha o professorado de nossa província, [...]. (*A Escola*, 1880, p.1).

O lema estampado em itálico no início do editorial –*Nós etiam pro causa nostra pugnamus* – sinalizava que *A Escola* era um instrumento de luta pela causa dos professores.

No texto *Bases da verdadeira educação* uma epígrafe com texto de Ambrosio Rendú, diz: “As mães e os professores são os que lançam no mundo quase todas as sentenças do bem e do mal” (Reis, 1880, p. 2). Em consonância com a mensagem da epígrafe, o autor mostra a necessidade e a importância de instruir e educar mães e professores para que a sociedade seja útil, tenha nobreza e luz moral.

Na SEÇÃO LIVRE, cujo título é sinal de uma maior liberdade no tratamento dos temas, um texto indica que a reforma que se avizinhava foi a razão do uso da imprensa para divulgar a posição dos professores. Britto (1880), o autor do texto, propõe mudança na sistemática dos concursos de acesso à profissão deixando claro o propósito de influenciar na reforma que já estava em tramitação. *A Escola* inaugura uma tradição entre o professorado baiano – a do uso da imprensa periódica sempre que uma nova lei ou regulamento da instrução estava prestes a se efetivar.

Em 5 de janeiro de 1881, chega o novo regulamento. Entre as mudanças estavam a introdução do método intuitivo na forma de lições de coisas, novas disciplinas no curso primário e normal e alterações na divisão do tempo na escola. O acesso à carreira de professor passa a exigir dos aspirantes às cadeiras de 3ª classe, além das provas, a redação de memórias sobre as observações pedagógicas e metodológicas relativas a qualquer um dos ramos do ensino primário.

Diante de tantas mudanças os professores se mobilizam e surge *O Preceptor*. Foram encontrados dois números dessa gazeta. O número 5, do ano I, publicado em 30 de novembro de 1881, e o número 25, também do ano I, publicado em 15 de junho de 1882, o que indica ter sido a gazeta uma publicação de periodicidade semanal.

Organizada em quatro páginas (duas, com frente e verso), foi apresentada como um órgão do professorado baiano, não estampa em suas páginas o nome dos redatores e no cabeçalho da sua primeira página, em todas as edições, traz a informação de que todos

os assinantes são colaboradores. Os textos divulgados não trazem indicação de autoria, esse fato e a não identificação dos redatores sugerem o desejo de anonimato.

O editorial publicado no número 5, com o título "Infração da lei", traz uma mostra de como o *Preceptor* se colocava em relação às autoridades constituídas. Com palavras fortes o autor denuncia uma infração cometida pelo Presidente da Província ao entregar a uma professora uma escola contratada, sem observar os trâmites determinados no regulamento da instrução vigente naquele momento. E para configurar o desrespeito da lei, o redator ressalta:

A decadência de um povo ou de uma classe, crede, não está principalmente no desempenho de leis bárbaras e coercitivas; ela está principalmente nos atos, na disposição, no modo e na maneira porque são executadas e cumpridas: hoje forte e severa; amanhã fraca e impotente! Para uns crua e rigorosa; para outros branda e flexível! (O *Preceptor*, 1881, p.1).

Com visível indignação e citando o art. 23 do regulamento de 5 de janeiro de 1881, o autor afirma: "Como se vê a lei é terminante, e nenhuma cadeira poderá ser contratada sem que do ato de contrato preceda anúncio da diretoria geral marcando o prazo de 30 dias para que os candidatos se apresentem" (O *Preceptor*, 1881, p.1).

Em seguida, na mesma página 1, o texto *Regimento Interno* faz uma crítica contundente ao novo horário introduzido nas escolas primárias no qual há uma rígida divisão de tempo para o ensino das disciplinas. Depois de várias considerações o autor aponta uma proposta de solução – "Não seria melhor que o ensino das disciplinas acessórias fosse feito duas vezes por semana, o que dá mais tempo a cada lição e, portanto, mais perfeição e aproveitamento?" (O *Preceptor*, 1881, p. 1-2).

Essa forma de criticar, denunciar, apontar as inadequações e, em seguida, apresentar alternativas ou propostas de solução era comum nos escritos dos profissionais do ensino. Um modo de demonstrar que estavam perto da escola, tinham intimidade com a prática pedagógica, sabiam do que falavam, ou seja, tinham autoridade e competência quando se tratava de questões de ensino.

A forma como os responsáveis pelos textos divulgados se colocam em relação às autoridades provoca uma reação. Em janeiro de 1883, o Diretor Geral da Instrução Pública informa que o Presidente da Província

[...] suspendeu por tempo de trinta dias e censurou publicamente pelo seu irregular procedimento os professores de 3.^a classe, Raymundo Cardoso Gomes e João Antonio de Vasconcellos, por usarem de linguagem desrespeitosa com relação a esta Diretoria, nos artigos que publicaram em uma gazeta intitulada *O Preceptor* da qual são os ostensivos redatores. (BARROSO, 1883, p. 60).

O número 25, editado em junho de 1882, traz apelos de professores sobre a necessidade de sobrevivência de *O Preceptor* e, em sua última página, os muitos anúncios de lojas e de serviços oferecidos por professores e outros profissionais podem indicar um esforço coletivo no sentido de manter viva a sua edição.

A REFORMA (1890) e a Revista do Ensino Primário (1892) espaços de luta nos primeiros anos da República

Em 1890, já na República, surge *A Reforma*, um órgão do Grêmio do Professorado Bahiano com uma Comissão de Redação da qual fazem parte os professores Antônio Bahia, Vital Prudêncio, Cassiano Gomes.

Dois desses redatores, Antônio Bahia e Cassiano Gomes já tinham uma trajetória de sucesso na educação da Bahia. De Vital Prudêncio ainda não foram encontrados registros.

A Reforma surge em um momento bastante conturbado no contexto educacional do Estado. Ao longo de toda a década de 1880 houve dificuldades para a implantação do regulamento de 1881. Após a Proclamação da República, vários atos reformando a instrução foram decretados, entre dezembro de 1889 e abril de 1890, por Manoel Vitorino Pereira, o primeiro governador republicano. Cinco meses depois de sua nomeação Manoel Vitorino foi substituído por Hermes da Fonseca que suspende seus atos e torna vigente o regulamento de 1881. Antonieta Nunes (2003) descreve essa situação como a *viradeira baiana* protagonizada pelos governadores Hermes Ernesto da Fonseca e Virgílio Clímaco Damásio.

Em julho de 1890, os professores viviam ao mesmo tempo o aborto da legislação de 1889 concebida a partir de uma perspectiva liberal progressista, a retomada da vigência do regulamento de 1881 e a discussão de uma nova proposta de regulamento. Era hora de congregar forças, animar o professorado e chamar para

a luta. *A Reforma* surge com tal perspectiva como esclarece o editorial com o título quem *somos, de onde viemos e para onde vamos*, publicado no número I, único localizado. Com referências à situação da instrução, o texto esclarece:

É anômalo o estado a que está reduzido nosso Professorado: sem legislação, desde longa data, sujeito às incoerências, às indecisões, às vacilações de todos os governos, obedecendo a decisões defectivas, não poucas vezes saídas das fronteiras do arbítrio, [...]. (*A Reforma*, 1890, p.1).

Isso teria afrouxado os laços entre os professores, daí a criação do Grêmio tendo como princípio fundamental declarado em seu estatuto “a congregação da classe formando e representando todos por um e um por todos” (*A Reforma*, 1890, p.1). E para levar essa luta a todas as regiões foi criado *A Reforma*, o órgão de divulgação do Grêmio.

Ainda na primeira página, uma nota conclama os professores e os concidadãos a votar no professor João Theodoro Araponga como representante da classe no futuro Congresso Nacional, representação que se faz necessária diante da luta pelos direitos da classe e do povo entre eles as escolas noturnas, um poderoso meio para efetivação desses direitos.

No número 1 foram publicados: o Estatuto do Grêmio; o parecer sobre ensino rural apresentado por Antônio Bahia no Congresso de Instrução realizado no Rio de Janeiro, em 1882; atas de reuniões do Grêmio e, sob o título *Instrução Pública*, informações de atos que afetavam a vida funcional de professores. Na última página, anúncios de professores oferecendo seus serviços particulares e notícias de livros publicados por professores.

Alinhados na criação do grêmio e do seu órgão de divulgação e comunicação estavam professores que já naquele momento tinham se projetado no cenário educacional do estado, como é o caso de Theodoro Araponga, Cincinnato Franca, Presciliano Leal e Antônio Bahia que marcou presença de 1884 a 1889 na Assembleia Legislativa Provincial e, entre 1894 e 1901, na Câmara de Deputados.

Em 1892, dois anos depois da criação de *A Reforma*, surge *A Revista do Ensino Primário*, um órgão da imprensa pedagógica da Bahia que talvez seja o mais representativo da pujança da classe dos professores primários do estado, na Primeira República.

Apesar do pouco tempo de vigência da reforma da instrução pública decretada em agosto de 1890, no ano de 1992 já estavam em discussão mudanças na lei, tendo como temas centrais entre outros a municipalização do ensino primário, uma maior participação dos municípios nos gastos com educação e o sistema de inspeção.

Os professores retomam o lema de *A Escola – Nós etiam pro causa nostra pugnamos* – demonstrando familiaridade com o passado de luta da classe e uma disposição para reiniciar a luta. Nos 12 números publicados entre novembro de 1892 e 1893 encontram-se análises de aspectos pedagógicos e administrativos da realidade do ensino primário e normal, discussões sobre conhecimentos teóricos e práticos, propostas de solução para os problemas apontados e uma atenta observação do que acontece em outros estados como foi o caso da reforma que naquela ocasião ocorria em São Paulo. Os textos dos redatores e colaboradores foram construídos em torno de questões relacionadas com a crítica à legislação vigente, o descaso das autoridades e a incompetência dos administradores e inspetores por desconhecimento do campo educacional e da realidade local.

A *Revista do Ensino Primário* ficou inscrita na memória da educação baiana, sendo objeto de menção por parte de representantes da classe em várias situações ao final da Primeira República. Mais recentemente, tem sido usada como fonte em diversos estudos entre os quais o de D'Esquivel (2015) que investigou o ensino de desenho e geometria na escola primária na Bahia e o de Miguel (2021) sobre a constituição do professorado baiano na Primeira República e a atuação política dos professores.

Periódicos criados por professores na década de 20 do século XX

Vinte e tantos anos depois do aparecimento da *Revista do Ensino Primário*, muitos dos problemas denunciados por seus redatores e colaboradores ainda permaneciam conforme relatam José Augusto Ramos da Luz (2009) e Silva (1925) quando discorrem sobre a educação na Bahia no início dos anos vinte.

A partir de 1924, no início do governo do de Góes Calmon, há um novo olhar para a educação que pode ter criado um certo estímulo à criação de periódicos pedagógicos, não sendo possível afirmar se isso implicou no provimento de recursos financeiros para a manutenção.

Anísio Teixeira (1928) no relatório do quadriênio 1924- 1928 anuncia sob o título *Núcleo de estudos pedagógicos* que na Escola Normal da Capital foi criada uma associação reunindo professores do ensino primário, secundário e normal com “o ensejo do estudo e troca de ideias, facilitar o intercâmbio de ensinamentos úteis ao ensino, fomentar a curiosidade e o gosto pela investigação científica” (TEIXEIRA, 1928, p. 71). O núcleo realizava uma reunião mensal e já publicara os fascículos 1, 2, 3 e 4 do ano I dos Anais.

No número 1 do Ano I, de junho de 1924, *A Revista do Ensino* publica notícia sobre a conferência proferida em sessão solene do Núcleo de Estudos Pedagógicos por Dr. Mario Leal no dia 23 de maio de 1923. (Revista do Ensino, 1924). Se não houve erro da redação, a criação do núcleo foi anterior a 1924. No mesmo número há um informe sobre a realização de mais uma sessão ordinária do núcleo, no dia 28 de maio. (Revista do Ensino, 1924).

Alfredo Magalhães, diretor da Escola Normal da Capital, faz referência às atividades do Núcleo em ofícios expedidos entre os anos de 1924 e 1927, e indica o envio dos Anais para o Serviço de Estatística do Estado e para o Diretor da Biblioteca Pública da Bahia.²

Apesar dos registros, ainda não foram localizados exemplares dos *Anais* publicação que por certo deve ser fonte importante para o estudo da prática pedagógica e da formação de professores.

No período que corresponde à primeira gestão de Anísio Teixeira na educação da Bahia, além dos *Anais do Núcleo de Estudos Pedagógicos*, foram criadas a *Revista do Ensino* e a *Revista de Educação* da Escola Normal de Caetité, ambas iniciativas de professores.

A Revista do Ensino em sua capa do número 1, publicado em 1924, traz a indicação de que são diretores Alberto Assis, Hugo Balthazar da Silveira e Álvaro da Franca Rocha, todos professores. No verso, mais informações que caracterizam a publicação como dirigida por professores e aceitando a colaboração da classe.

² Registros no Livro de Correspondência da Escola Normal relacionados nas páginas 43 e 44 do **Catálogo de Fontes Documentais 1854/2006** organizado por Cândida Monteiro, Elizabete Santana, Lília Nascimento e Tiane Melo dos Anjos publicado em 2018, em edição da EDUFBA, com o ISBN 978-85-232-1671-9.

No editorial de lançamento, que recebeu o título de *Ao Começar...*, os autores fazem uma alusão à Revista do Ensino Primário de 1892. Informam da necessidade de um periódico de assuntos pedagógicos em razão da tradição do professorado, desde o começo da República, ter mantido com vida uma revista “educacionista”. (ASSIS, BALTAZHAR, ROCHA, 1924, p. 1)

Parte desse texto é uma celebração à existência de órgãos de comunicação e divulgação escritos por professores no passado:

[...] tudo escrito e feito por professores, alunos-mestres, diplomados por nossa escola normal, fase de extraordinárias conquistas, e de glória para os mestres bahianos, principalmente, quando os dirigentes da instrução eram os nomes mais consagrados na política, nas ciências e nas letras dessa terra.

[...] Qual o motivo, de agora, principalmente, não medrar um órgão dos professores baianos? [...] (ASSIS; BALTAZHAR; ROCHA, 1924, p. 1-2).

E adiante, mais uma razão para a nova publicação – informar o que se passa no mundo do ensino e animar os professores tendo em vista que estava em curso a elaboração de um projeto de reforma da instrução. O editorial ainda esclarece: “Uma coisa é fazer reforma... e outra é executá-la” (ASSIS; BALTAZHAR; ROCHA, 1924, p. 2).

Em uma declaração de independência e autonomia os diretores afirmam:

[...] queremos que fique patente não ser a Revista do Ensino órgão partidário, senão das boas doutrinas.

[...] As nossas colunas não darão, jamais guarida aos interesses da política enfezada, não se envolverão senão com aquilo que estiver ao lado do desenvolvimento da instrução e da educação do povo. (ASSIS; BALTAZHAR; ROCHA, 1924, p. 2)

Logo em seguida, um artigo sem assinatura anuncia que a administração da educação precisa de verbas substanciais “porque sem dispêndio suficientemente grande não se desenvolve a instrução pública em parte alguma” (Instrução Pública, 1924, p. 4). O autor conclama o governo a considerar a situação do professor, colocando-o no lugar que merece, pagando os seus baixos salários em dia e garantindo o pagamento dos salários acumulados; emite sua opinião sobre a reforma que se

encontra em discussão: ela quase não seria necessária, o essencial era cumprir as disposições existentes.

O tom dos artigos e do editorial no primeiro número é o tom de luta dos professores por suas condições de trabalho. Além dos artigos voltados para a condição da instrução e do professorado, o número 1 traz extensa notícia da reforma e uma promessa de continuar a tratar o tema em outros números, o que não se cumpre com a desculpa de falta de espaço.

O número 3 não foi localizado. Os números 4 e 5, reunidos em um único volume, são de novembro, dezembro e janeiro de 1925. Não há informações sobre edição no ano de 1926, mas em 1927 houve uma edição especial que tem uma grande importância para a história da educação da Bahia. Nessa edição foram publicadas em 463 páginas as palestras proferidas por figuras ilustres no contexto da educação e da sociedade baiana no curso de férias para professores realizado, em 1927, na Escola Normal da capital.

Em janeiro de 1927 surge a Revista de Educação da Escola Normal de Caetité. Com o título de *O Nosso Rumo* o seu primeiro editorial revela um compromisso com a formação dos alunos do curso normal e com a qualidade do ensino na escola primária, ao afirmar

[...] mas a escola primária não preencherá plenamente o fim a que está destinada sem a proficiência de quem a dirige.

[...] Essa realização grandiosa depende das Escolas Normais onde se ensina a ensinar, porque professores primários não se improvisam, criam-se, formam-se. [...] (Revista de Educação, 1927, p.1).

Com um corpo redacional constituído de professores e tendo como dirigente o próprio diretor da escola, Edgard Pitanguieras, estava alinhada com os propósitos das autoridades educacionais, o que fica bem claro nesse trecho do editorial:

O que desejamos alcançar na Escola Normal de Caetité, em cumprimento aos ditames da lei e correspondendo aos desígnios da Diretoria Geral da Instrução é que a formação presida uma feição nova, para que se obtenham na prática resultados positivos.

A revista de Educação aparece no cenário da publicidade, como um dos meios de se conseguir o ideal colimado.

Eis o nosso rumo (Revista de Educação, 1927, p. 2).

A sua criação atendeu a uma determinação expressa no art. 669 do Decreto que regulamentou a reforma do ano de 1925, que indica: "Será organizada uma Revista dos Cursos da Escola Normal, dirigida pelo diretor, que designará para a sua redação uma comissão de 4 professores da Escola Normal. Será permitida a colaboração dos alunos. " (BAHIA, 1925, p. 532). A determinação corresponde à preocupação de Anísio Teixeira, então Diretor da Instrução Pública, de aperfeiçoar o curso normal e de renovar os métodos de ensino nele adotados.

Apesar do compromisso com as determinações legais, a Revista de Educação da Escola Normal de Caetité foi, essencialmente, um projeto criado e gerido por professores como indica o seu conteúdo, corpo redacional e participação dos alunos. Foi um veículo de divulgação das escolas e atividades escolares do interior, atuando como um recurso de articulação regional. Publicou transcrições de textos de autores consagrados com ensinamentos de pedagogia e didática, divulgou textos escritos por professores e alunos e registrou aspectos da prática de ensino adotada na escola normal.

Em seu oitavo número há o anúncio do fim da publicação. Na nota *Aos nossos leitores*, não assinada, a redação aponta a impossibilidade de arcar com os gastos da edição e destaca, principalmente, a falta de solidariedade das autoridades municipais que, convidadas a contribuir comprando exemplares, não atenderam. Ao final do texto, a decisão imposta pelas circunstâncias: " Assim não poderemos continuar a publicar a nossa Revista o que lamentamos e sentimos profundamente, e ficaremos aguardando melhores dias para o ressurgimento do nosso órgão" (Revista de Educação da Escola Normal de Caetité, 1928, p.183-184).

Periódicos criados por iniciativa de autoridades oficiais e de instituições particulares

Nesse grupo estão: Revista da Instrução Pública (1870); Revista de Educação (1929); Boletim da Liga dos Estabelecimentos Particulares (1932); Revista da Educação (1933); Boletim de Educação e Saúde (1940).

A *Revista da Instrução Pública* surge da determinação do governo provincial de criar um periódico mensal fiscalizado pelo Diretor Geral da Instrução. Em 1870, em

quatro artigos incluídos nas Disposições Gerais do ato de reforma do ensino primário, o Barão de São Lourenço, Presidente da Província, cria a revista, determina a sua periodicidade, exclui a possibilidade de usos políticos, indica quem serão os assinantes obrigatórios e o conteúdo que veiculará. (BAHIA, 1870, p. 115-116).

No relatório de 1871, o Diretor Geral da Instrução dá notícias sobre a revista que já contava com 346 assinantes. É enviada para bibliotecas e órgãos de instrução de outras províncias. “É muito útil: [...] proporciona a difusão de ideias entre o pessoal respectivo, que não pode comprar livros, nem mesmo assinar jornais de maior circulação, em um país onde, pela força das circunstâncias a imprensa é cara, [...]” (ROCHA, 1871, p.54 -55).

No número 51, de agosto de 1872, do Ano 3, Antonio Franco da Costa Meireles, diretor da revista, em nota na primeira página, informa a sua supressão no orçamento daquele ano. No entanto, afirma: “o que é certo, porém, é que a Revista, além da irrecusável utilidade dos serviços prestados à província, não lhe custava um real, visto que eram-lhe sustentáculos os professores públicos, que por ela pagavam, [...]” (MEIRELES, 1872 p.1-6). Por fim, a nota afirma a continuidade respaldada no apoio do professorado e do presidente da província.

Em ofício dirigido ao presidente da Província, em 28 de julho de 1872, Meireles relata que a maior parte do espaço da *Revista da Instrução Pública* era reservado à publicação de atos oficiais. Em cada um dos números publicava-se conteúdos relacionados com o ensino e a educação em artigo de lavra própria ou traduzido por seu redator. (MEIRELES, 1872, p. 17-18).

A revista deixa de circular em 1873 e dela apenas foram localizados oito exemplares, correspondentes aos números 51 a 58 publicados entre os meses de agosto de 1872 e março de 1873.

Muitos anos depois, em 1929, surge a *Revista de Educação* apresentada como Órgão da Diretoria Geral de Instrução e do Departamento da Bahia da Associação Brasileira de Educação (ABE). Ou seja, trata-se de um empreendimento de propriedade de duas instituições de caráter e escopo diferentes, criado logo após o fim da gestão de Anísio Teixeira na Diretoria de Instrução da Bahia³.

³ Durante o período 1924-1935 a ABE teve seu ponto de maior destaque na elaboração do Manifesto dos pioneiros da educação nova, em 1932. Fonte: FGV/CPDOC. **VERBETE**

O número de 1 de julho de 1929 indica uma participação minoritária dos professores na comissão redatora que era composta de Eng. Archimedes de Siqueira Gonçalves; Dr. Francisco de Magalhães Netto; Prof.^a Alzira de Lourdes Assis; Bel. Joaquim Faria Góes Filho; Archimedes Pereira Guimarães. Traz um editorial escrito por Joaquim Faria Góes Filho cujas reflexões sobre a educação e aspectos pedagógicas evidencia a presença das ideias de Anísio Teixeira, o que não é estranho, pois esse intelectual baiano foi Diretor Geral de Instrução na Bahia, de 1930 a 1931, e sucessor de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação do Distrito Federal, em 1937⁴.

O editorial deixa transparecer uma esperança no poder da ação de particulares em benefício do desenvolvimento da educação e anuncia:

Surgirão modalidades novas de associação, não talvez com o fito dos lucros imediatos que caracterizam as sociedades comerciais, mas com o objetivo mais remoto de transformar a *matéria prima homem* - no *artefato homem educado* (GÓES FILHO, 1929 p. 2).

Em um olhar sobre a composição de nossa população o autor afirma que, diante da miscigenação das três raças que formam o nosso país, a escola precisa atuar como uma oficina de homens adestrados, que tenham capacidade de trabalho, iniciativa e sejam conscientes de sua responsabilidade como indivíduo, mas com sentimentos de solidariedade. E por sermos um país de forte imigração, a escola “deve, portanto, criar no povo um alto e equilibrado sentimento de brasilidade” (GÓES FILHO, 1929, p. 4). Esse sentimento de brasilidade é que permitiria assimilar e ao mesmo tempo dissolver as características e tendências oriundas dos imigrantes. O editorial é marcado por uma visão econômica e demográfica sobre as quais a escola deveria ser pensada.

Estão presentes, também, princípios relacionados com a filosofia e teorias da educação que circulavam no período de lançamento da revista. Góes Filho declara que, como a pedagogia ganhou o status de uma ciência positiva e a escola tem uma função social, os deveres do professor foram acrescidos do dever de ler, observar e experimentar. Devido à ausência de livros, a publicação pretende apresentar a esse professor, de uma forma mais acessível, os conhecimentos necessários considerando que a escola ativa exige investigar, experimentar, observar, medir resultados.

⁴ Joaquim Faria Góes Filho foi um intelectual baiano, graduado em Ciências Jurídicas, mestre em Educação pela Universidade de Columbia. Dentre outras atividades foi sucessor de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação do Distrito Federal em 1937, consultor da UNESCO na década de 1950.

A Revista de Educação *também* serviria para divulgar os resultados da atuação dos técnicos da Diretoria Geral de Instrução quando a respectiva Divisão estiver organizada. (GÓES FILHO, 1929)

O editorial dá destaque aos princípios preconizados pela Escola Nova e concepções que permeiam a proposta de uma Escola Ativa. Com a perspectiva de divulgar conhecimentos pedagógicos publica, principalmente, em seus números iniciais artigos sobre a educação infantil e o método Montessori; descrição de viagens de estudo e observação de práticas pedagógicas; textos escritos por professores e artigos de Isaías Alves, Anísio Teixeira e outras personalidades baianas.

O número 1 traz também um farto noticiário sobre a Associação Brasileira de Educação (ABE). Matérias sobre a criação do Departamento da associação na Bahia e sobre suas ações preenchem os espaços da página 77 a 164. Cabe assinalar que a articulação da ABE, criada em outubro de 1924, com o órgão responsável pela gestão da educação na Bahia evidencia que os administradores da educação e intelectuais baianos daquele período se aproximaram de um movimento nacional que foi centro de debates sobre a educação e teve forte influência na introdução de reformas na área federal e em vários estados, entre 1924 e 1935.

Os números 2 e 3 continuam com a mesma linha editorial do lançamento. Porém no número 4 do ano III, publicado em dezembro de 1931, que já não tem mais um corpo de redatores, a tônica dos artigos está mais distante dos temas pedagógicos e didáticos, com exceção do texto que trata do projeto de cooperativa escolar. Como nos números anteriores é grande o espaço dedicado a textos de interesse da ABE.

Na capa do volume que corresponde aos números 5 e 6 de março de 1932, último encontrado, há a indicação de que a revista é um órgão de propriedade apenas da Associação Bahiana de Educação e nela quase todo o espaço é preenchido pelas conferências proferidas na Semana de Educação realizada sob o patrocínio da associação.

Em janeiro de 1932 a Liga de Institutos de Ensino Particular da Bahia lança um *Boletim* que publica, principalmente, atos do governo federal e estadual de interesse das entidades de ensino particular. Seu primeiro número, sem apresentar um editorial, registra como Diretor Alberto Assis, e como redatores Idelfonso Oliveira e Helvécio

Carneiro Ribeiro, todos envolvidos com escolas particulares que oferecem o ensino secundário e primário.

O motivo da criação do *Boletim* parece ser a rígida regulamentação para o ensino secundário emanada do governo federal nos anos 1930.

Uma pequena nota no número 1, de autoria da direção, comunica que a Liga tinha uma função predominantemente informativa do que se faz em matéria da educação no país e no estrangeiro exercendo, também, o papel de condensador da legislação de ensino de interesse dos seus associados. (ASSIS, 1932). Por essa razão, a reprodução na íntegra de atos legais emanados do governo federal e estadual ocupa um grande espaço do *Boletim* que era o órgão de divulgação da Liga.

A liga congregava várias instituições de ensino particular da Bahia das quais publicava a relação nominal dos alunos com as respectivas notas alcançadas nos exames. Estão presentes também notícias com temáticas diversas relativas ao ensino e a educação.

Em 1933, aparece uma nova *Revista de Educação* de propriedade do Departamento de Instrução Pública do Estado da Bahia da qual foram localizados dois exemplares, um correspondendo ao número 2, do volume I, e outro com os números de 1 a 3, do volume II.

Sem indicação dos responsáveis pela redação, a edição do número 2, de novembro-dezembro, começa com uma convocação dirigida aos professores. O editorial ressalta que "O escopo principal que sempre tivemos em mira é tornar mais fácil ao professor baiano um meio de aumentar a sua cultura e incentivar o seu pendor pela renovação da pedagogia escolar, de que realmente está carecendo a Bahia" (Revista de Educação, 1933, p. 3).

Desde 1930 o país se encontrava sob uma nova ordem política e vivia a implantação de medidas intervencionistas e centralizadoras. Inserido nesse quadro de abrangência nacional, o periódico mescla em seu segundo número textos de autoridades governamentais – Juracy Magalhães e Getúlio Vargas – com artigos sobre temas pedagógicos. Estão presentes escritos de Alípio Franca e de outros professores dos quais ainda não foram obtidas informações sobre o destaque que tiveram no cenário educacional do estado.

Correspondendo aos meses de janeiro a junho de 1935, o volume II reuniu os números de 1 a 3. Apresentou em sua abertura uma nota exaltando o movimento de 30 e um artigo sobre a inauguração de uma seção dedicada a tratar das doenças que assolavam as áreas rurais e dos meios de evitá-las. Em coerência com essa decisão os conteúdos veiculados nessa edição tratam de questões relativas ao ensino regional e rural.

A relação das publicações arroladas como de iniciativa das autoridades governamentais finaliza com o *Boletim de Educação e Saúde*, da Secretaria de Educação e Saúde, órgão do qual Isaías Alves de Almeida foi titular, entre 1938 e 1942. É ele que assina no volume 1, de dezembro de 1940, uma pequena nota de abertura apresentando o boletim e indicando que se destinava à divulgação dos princípios doutrinários e dos métodos nos quais se apoiavam a administração. Nele também seriam registrados as iniciativas e os resultados da administração nas áreas de educação e saúde. (ALVES, 1940).

As primeiras páginas desse volume trazem fotos de Getúlio Vargas, presidente da República; Landolfo Alves, Interventor Federal da Bahia; e Isaías Alves, Secretário de Educação e Saúde. Seu conteúdo envolve três áreas: ensino e saúde abordando temas como a homogeneização de classes, hospitais rurais e saúde do recém-nascido; informações sobre educação na Bahia com uma razoável quantidade de dados quantitativos e fotos; transcrição de atos oficiais relativos ao ensino e à educação.

É preciso seguir adiante [...]

Nosso primeiro periódico pedagógico teve sua origem, em 1870, na decisão administrativa de um Presidente da Província, mas nos anos que se seguem surgem vários outros criados por professores. Por trás deles, sempre a defesa da classe e a crítica às normas ou condições de trabalho que interferem na prática pedagógica. Trata-se de uma defesa antecipada na quase totalidade dos casos, pois esses veículos são criados durante o processo de discussão e elaboração das leis de reforma da instrução.

A partir da década de 30, do século XX, ou seja, no segundo período republicano, há uma redução do protagonismo do professor primário na criação e na

gestão dos periódicos pedagógicos. No caso baiano, esse movimento se inicia com o aparecimento, em 1929, da *Revista de Educação* de propriedade da Diretoria Geral de Instrução e do Departamento da Bahia da Associação Brasileira de Educação (ABE) cuja gerência foi entregue a bacharéis, profissionais envolvidos com a administração da educação no estado e intelectuais.

Entre 1933 e 1940 sucedem-se iniciativas governamentais de criar periódicos que se alinham em termos ideológicos à nova ordem política implantada no país.

As revistas, boletins e jornais criados por professores traziam em seu conteúdo depoimentos sobre a prática, recomendações ou discussões em torno das propostas de autores consagrados na área da pedagogia. As iniciativas oficiais de um modo geral buscavam moldar a prática de acordo com as escolhas das autoridades educacionais. Havia nelas uma preocupação de substituir os livros, com a desculpa de que estavam ausentes por serem produzidos fora do estado, eram caros, de difícil acesso ou apresentavam conteúdo de uma forma muito elaborada. Por trás das justificativas existia o propósito de impor à classe dos professores os princípios e diretrizes oficiais sustentados pela administração da educação.

Entre 1870 e 1940 houve uma grande modificação no formato e aparência dos periódicos localizados. Mudanças tecnológicas nas técnicas e instrumentos de impressão resultaram no aumento do número de páginas, maior densidade dos textos, melhor composição gráfica e na introdução de imagens fotográficas. Entre os 12 referidos no artigo apenas um foi editado no interior do estado.

De um modo geral entre nós essas publicações tiveram um ciclo de vida curto, enfrentaram dificuldades financeiras, mesmo aqueles cuja criação ocorreu em razão de determinações oficiais como a *Revista da Instrução Pública* e a *Revista de Educação da Escola Normal de Caetité*.

Esses veículos de comunicação ajudaram a iluminar nossa trajetória de pesquisa revelando aspectos e questões que apontavam caminhos para a busca de novas fontes, para a reflexão e o estabelecimento de relações entre os temas analisados.

É o potencial de informações e de conhecimentos dessas fontes que impulsiona o desejo de chamar atenção para a necessidade de dar continuidade ao levantamento e catalogação, realizar análises acuradas do seu conteúdo e investigar o que representaram no contexto político e pedagógico da educação baiana.

Cabe aqui reiterar, como foi declarado antes, que esse artigo tem entre outras a intenção de alertar [...] É preciso seguir adiante [...] Ou seja, ampliar o levantamento, completar as séries encontrando os números ainda não localizados, criar catálogos e guias de referência, aprofundar e fundamentar as análises.

Referências

A Escola. Salvador: Imprensa Econômica.1880. Bimensal.

ALMEIDA, Isaías Alves de. Editorial, **Boletim de Educação e Saúde**, Salvador, v. I, (páginas iniciais não numeradas), dez. 1940.

ANAIS. Salvador: Núcleo de Estudos Pedagógicos da Escola Normal da Capital. 1924.

A Reforma. Salvador: Imprensa Econômica.1890. Quinzenal.

ASSIS, Alberto de; ROCHA, Alvaro da Franca; SILVEIRA, Hugo Balthazar da. Ao Começar... **Revista do Ensino**, Salvador, Ano I, p.1-3, 1924.

ASSIS, Alberto de. Do Começo. **BOLETIM**, Salvador, Ano I, n 1, p. 6, jan. 1932.

BAHIA. DECRETO 4.218 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1925 –Aprova o Regulamento do Ensino Primário e Normal. **A Construção da escola Primária na Bahia: Leis de Reforma e Regulamentos da Instrução**. Santana, E.; Menezes, J.; Mello, A; Sousa, L.; Costa, N; Souza, S; **Brandão**, V.(orgs.). Salvador: EDUFBA, 2011. p.445 – 558.

BAHIA. Resolução de 16 de maio de 1870. Aprova os atos de 18 e 21 de janeiro, 21 e 22 de fevereiro e de 4 de março. **Coleção de Leis e Resoluções da Província da Bahia do ano de 1870**. Bahia: Tipografia Constitucional, 1870. p. 115 - 116.

BARROSO, Romualdo Maria de Seixas. Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública da Bahia, em 1º de fevereiro de 1883. *In*: SOUZA, Pedro Luiz Pereira de. Fala com que abriu em 3 de abril de 1883 a 2ª sessão da 24ª legislatura da Assembleia Provincial. Bahia: Tipografia do Diário da Bahia.1883.

BOLETIM. Salvador: Liga dos Institutos de Ensino Particular da Bahia.1932. Bimensal.

Boletim de Educação e Saúde. Salvador: Bahia Gráfica e Editora Ltda.1940.

BRITTO, Ezequiel. Uma base para a Reforma da Instrução Pública. **A ESCOLA**, Salvador, n. 1, p. 4-5, 1880.

Conferência. **Revista do Ensino**, Salvador, Ano I, n.1, p.8 -18, 1924.

Cooperação Indispensável..., **REVISTA DE EDUCAÇÃO**. Salvador, v. I, n 2, p. 3, nov/dez. 1933.

CATANI, Denice. A imprensa periódica pedagógica e a história dos estudos educacionais no Brasil. *In*: DIAZ, José María Hernández (Ed.). **Prensa pedagógica y patrimônio histórico educativo. Contribuciones desde la Europa mediterrânea e Iberoamérica**. Ediciones Universidad de Salamanca, 2013. p.- 115-121. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/257458892_Prensa_Pedagogica_y_Patrimonio_Historico_Educativo_Contribuciones_desde_la_Europa_Mediterranea_e_Iberoamericana. Acesso em: 06 jul.2022.

D'ESQUIVEL, Márcio Oliveira. **O ensino de Desenho e Geometria para a escola primária na Bahia (1835-1925)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié. 2015.

DIRETÓRIO do Grêmio do Professorado Bahiano. Quem somos, de onde viemos e para onde vamos. **A REFORMA**, Salvador, Ano I, n.1, p.1, 17 jul. 1890.

FRANCA, Alípio. Memória Histórica (1836 a 1936). Escola Normal da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

GÓES FILHO, Joaquim Faria. Educação e Publicidade. **REVISTA DE EDUCAÇÃO**, Salvador, Ano I, n. 1, p. 1-7, 1929.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Discursos, saberes e poder: estudo de escritas de professores e especialistas nas revistas educacionais portuguesas (1880- 1900). **Revista Portuguesa de Educação**, Minho, v. 21, n. 2, p. 91-114, 2008. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/issue/view/811>. Acesso em: 30/06/2022.

Infração da Lei. O Preceptor, Salvador, Ano I, n. 5, p.1, 1881.

Instrução Pública: o máximo problema. **Revista do Ensino**, Salvador, Ano I, p.3-5, 1924.

LUZ, José Augusto Ramos da Luz. **Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)** Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MEIRELES, Antonio Franco da Costa. Revistas, **Revista da Instrução Pública**, Ano 3, n 51, p. 1-6, 15 ago. 1872.

MEIRELES, Antonio Franco da Costa. Ofício de 28 julho de 1872, **Revista da Instrução Pública**, Ano 3, n 51, p. 17-18, ago,1872.

MIGUEL, Antonieta. **O professorado primário da Bahia: formação acadêmica, normatização legal e atuação política (1889-1930)**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia. 2021.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Política educacional no início da República na Bahia: duas versões do projeto liberal**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2003.

O Nosso Rumo... **Revista de Educação**. Caetité – Bahia, Ano I, n 1, p. 1-2, jan. 1927.

O Preceptor. Imprensa Econômica Salvador. 1881. Semanal.

REIS, Leopoldo dos Reis. Bases da verdadeira educação. **A ESCOLA**, Salvador, n. 1, p. 2, 1880.

Regimento Interno. **O Preceptor**, Salvador, Ano I, n. 5, p.1-2, 1881.

Revista da Instrução Pública. Salvador: Tipografia Constitucional. 1870 – 1873. Mensal.

Revista do Ensino Primário. Salvador: Tipografia de J.G Tourinho.1892. Mensal.

Revista do Ensino. Salvador: Imprensa Oficial do Estado. 1924.

Revista de Educação. Caetité - Bahia: Tip. De A Pena – Gumes & Filhos. 1927 -1928. Bimensal.

Revista de Educação. Caetité – Bahia, Ano II, n 8, p.183-184, abr. e jun. 1928.

Revista de Educação. Salvador: Livraria e Tipografia do Comércio. 1929

Revista de Educação. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia. 1933.

ROCHA, Francisco José da. Relatório sobre a Instrução Pública da Bahia apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Barão de S. Lourenço pelo Presidente da Província por Francisco José da Rocha. Bahia: Tipografia do Jornal, 1871.

Noticiário. Revista do Ensino, Salvador, Ano I, n.1, p.65, 1924.

SANTANA, Elizabete Conceição. A voz dos professores baianos no início da República: a Revista do Ensino Primário (1892-1893). **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 36, dez. 2009.

SILVA, Maria da Conceição Barbosa da Costa e. **O ensino primário na Bahia: 1889-1930**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. Relatório do serviço de Instrução Pública do Estado da Bahia, apresentado ao Exmo. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Quatriênio de 1924 a 1928. Bahia: Tipografia da Imprensa Oficial do Estado, 1928.